

MAIS AUTONOMIA



+ DIREITOS



RED LATINOAMERICANA DE
EGRESADOS DE PROTECCIÓN

Com o
apoio de:



Coordenação: **DONCEL**

Esse projeto foi realizado no âmbito de um Acordo entre a Associação Civil Doncel, como representante da Rede Latino-Americana de Graduados em Proteção, e o Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Técnica (CONICET). Para sua implementação, foram feitas alianças com a Universidade de Monterrey (UDEM) e a Fundação Small Giants do México, a Associação Fazendo História do Brasil, Buckner do Peru, a Associação Colombiana de Saída da Proteção do Estado (ASCEP) da Colômbia e a Fundação TIA Bolívia. A pesquisa foi apoiada pelo Escritório Regional da UNICEF para a América Latina e o Caribe e Hope and Homes for Children.

Dirección de proyecto

Mariana Incarnato, *Asociación Civil Doncel*.

Direção do projeto

Mariana Incarnato, Associação Civil Doncel.

Alexa Cuello, Escritório Regional da UNICEF para a América Latina e o Caribe

Esther Ruiz Entrena, Escritório Regional da UNICEF para a América Latina e o Caribe

Victoria Olarte, Hope and Homes for Children, América Latina e Caribe

Coordenação regional

Carla Villalta, CONICET

Dana Borzese, Associação Civil Doncel

Florencia Rodríguez, Associação Civil Doncel

Laila Skoczylas-Fischer, Esperança e lares para crianças, América Latina e Caribe

Revisão de estilo: Sofía Álvarez

Comunicação: Gisela Grunin

Projeto: Leandro Restaino / Estudio LAND

Fotografias: Ilse Hidalgo e Michelle Le Brun

Tradução: Giovanna Ferreira Constant

Equipe nacional de investigação

Ana Raquel Bueno Moraes Ribeiro - Instituto Fazendo História

Lais Boto - Instituto Fazendo História

Sulamita Jesus de Assunção - Instituto Fazendo História

Fernanda Guimarães - Instituto Fazendo História

Jovens da Rede Latino-Americana de Proteção Graduados participantes:

Mayara Vitória dos Santos - Fazendo História - Brasil

O conteúdo deste documento é da opinião do(s) autor(es) e não reflete necessariamente as políticas ou opiniões da UNICEF ou da Hope and Home for Children.

A reprodução completa do conteúdo deste documento é permitida apenas para fins de pesquisa, advocacia e educação; desde que não sejam alterados e que os créditos correspondentes sejam atribuídos (DONCEL, Hope e Homes for Children e UNICEF). Esta publicação não pode ser reproduzida para outros fins sem a permissão prévia por escrito da DONCEL, Hope e Homes for Children e UNICEF. Os pedidos de permissão devem ser direcionados para info@doncel.org.ar

ISBN 978-987-47252-2-6



Este trabalho está licenciado sob a Licença Creative Commons. Para visualizar esta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.es>

Apresentação

A pesquisa aqui apresentada teve como objetivo construir informações sobre as principais políticas, medidas e ações desenvolvidas no nível regional, visando acompanhar a saída de adolescentes e jovens do sistema de cuidados alternativos e indagar a sua eficácia, efetividade, sustentabilidade e adaptação a uma abordagem de direitos na Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, México e Peru. Este relatório apresenta os resultados da pesquisa realizada no Brasil pelo Instituto Fazendo História, no âmbito do projeto da Rede Latino-Americana de Graduados em Proteção, que contou com o apoio do Escritório Regional da UNICEF para América Latina e Caribe e da Hope e Homes for Children.

Para esta investigação, partimos da ideia de que a transição de adolescentes em direção a uma vida autônoma não pode ser entendido apenas como uma questão vinculada à sua capacidade, vontade ou mérito. Além das estratégias adotadas por jovens institucionalizados há muitos anos, a saída dos dispositivos residenciais e a transição para uma vida autônoma também devem fazer parte dos objetivos do sistema de proteção à criança, meninas e adolescentes e informar seus padrões de qualidade e fundamentalmente suas políticas de atendimento. Ao mesmo tempo, ser capaz de pensar na adolescência como um estágio de aquisição de diferentes habilidades e ferramentas, em vez de reforçar uma noção ligada à falta, falta ou incompletude, é essencial para trabalhar a saída dos dispositivos residenciais e também para neutralizar uma visão que pode ser estigmatizante para jovens que cresceram em instituições (Baia Prestes, 2014; Fonseca, Allebrandt e Ahlert, 2009).

O TRABALHO DE CAMPO NO BRASIL

O trabalho de campo foi realizado na cidade de São Paulo e envolveu cinco entrevistas com informante chave e dois grupos focais com jovens, entre os meses de junho e julho de 2019. Os atores entrevistados foram: Secretária Nacional de Assistência Social, Supervisor Técnico Regional de Assistência Social, gerente de um serviço de acolhimento institucional, técnica psicóloga de um serviço de acolhimento institucional e referente afetiva informal de um programa de apadrinhamento afetivo.

Participaram dos grupos focais 14 jovens, um grupo com sete participantes meninas, entre 15 e 17 anos, ainda acolhidas (pré egressas) e outro grupo misto de meninas e meninos que saíram do acolhimento (egressos), entre 18 e 20 anos.

PRINCIPAIS ACHADOS



01

DIREITO A PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTES

Informantes da pesquisa apontam uma dificuldade de articulação das esferas nacional, estadual e municipal. Na realidade municipal, muito do que está nas normativas ainda não acontece como previsto pela esfera federal e depende muito dos gestores locais de cada município. O Brasil, em sua dimensão continental, expressa grandes desigualdades quanto ao cumprimento do que está estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e demais normativas para a regulação do acolhimento institucional (ofertado nas modalidades abrigo institucional, casa lar e república jovem)¹. Persistem nos inúmeros municípios brasileiros situações de acolhimento institucional que revelam resíduos da lógica da institucionalização de crianças e adolescentes.

Embora o sistema de garantia de direitos tenha avançado muito nas últimas décadas no Brasil, ainda acontecem situações de violação de direitos nas decisões tomadas no acolhimento institucional, em todas as esferas e instituições envolvidas. A pobreza e seus efeitos sobre a condição de cuidado de pais e mães ainda leva muitas crianças e adolescentes à separação de suas famílias. Persiste uma visão que desqualifica e julga as famílias de forma que o afastamento acaba naturalizado. Outros modelos de proteção, como a guarda subsidiada, por exemplo, poderiam permitir que membros da família extensa pudessem ocupar o lugar de família guardiã, evitando a institucionalização de crianças e adolescentes.

¹ Além das modalidades de acolhimento institucional existe também no Brasil o serviço de acolhimento em família acolhedora.

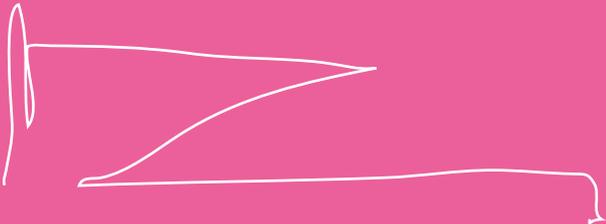
02

DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

O ECA e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária ressaltam a importância da manutenção e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários durante o acolhimento institucional. Segundo as autoridades ouvidas, essas referências são importantes e por vezes reconfiguradas após a saída do acolhimento institucional institucional. Chama a atenção dos entrevistados a recorrência de casos em que o jovem encontra, reencontra ou descobre a existência de vínculos familiares após a saída do acolhimento institucional. Casos como esses sugerem a precariedade e, por vezes, inexistência de trabalho com a família durante o acolhimento institucional. Ainda assim, a reintegração familiar que, em geral, envolve a família extensa, representa o segundo caminho do desligamento do serviço mais recorrente, em torno de 40% dos casos. A recuperação e manutenção de vínculos familiares importantes para o jovem dependem de suporte e fortalecimento da família, mas pode representar uma importante possibilidade para o jovem de resgate da própria história e de uma condição de pertencimento essencial a todos. A pouca confiança na família como possibilidade de saída do acolhimento institucional não significa que os jovens não busquem por essas pessoas. Para a maioria, mesmo querendo manter algum contato ou convivência com familiares, não contam com eles para seus projetos

peçoais. Observou-se no grupo focal que os jovens que viveram em serviços onde era feito um bom trabalho com a família, eram os mesmos que reconheciam na família um caminho para a saída do acolhimento institucional.

“Na época que eu morava no abrigo a minha mãe tinha problema com álcool e aí ia na visita embriagada, mas mesmo assim o pessoal do abrigo deixava ela entrar para eu tentar conversar com ela... eles deixavam entrar para ver se a mãe mudava, incentivavam o afeto mais para a família, e meu pai também tinha esse problema e ele foi mudando... ele mudou bastante com essa ideia... mas não é todo abrigo que permite, o meu abrigo foi um caso específico... hoje eu moro com o meu pai. O abrigo ajudou ele também... e agora a minha família ajuda no que eu preciso” (19 anos, sexo masculino, egresso)



03

DIREITO A MORADIA DE TRANSIÇÃO/

A República Jovem é uma modalidade de serviço de acolhimento institucional que acolhe jovens de 18 a 21 anos. No Brasil existem poucas Repúblicas Jovens, em torno de 25 unidades. A maioria dos jovens que completa 18 anos e é desligado não chega a ter chance de optar por esta modalidade de acolhimento institucional.

“Aí, tipo faltavam 6 meses pra eu sair do abrigo e eu falei: tia liga lá e fala que eu quero essa vaga! E ela: Calma! Você é muito desesperada! E eu falei: Não é você que vai sair de uma casa e não tem outra! Foi assim... fiquei brigando, mas aí eu saí de lá e consegui tudo direitinho na república...” (18 anos, sexo feminino, egressa)

Além de poucas, as Repúblicas não são uma alternativa para todos. Muitos dos jovens entrevistados não planejam residir em República, preferindo outras formas de moradia. No entanto, não existe uma política habitacional alternativa que contemple essa população. Além disso, segundo os jovens, as exigências feitas para ingresso nas poucas unidades de Repúblicas disponíveis (em geral, estar trabalhando e poder dividir alguma despesa da casa) inviabilizam que muitos deles consigam uma vaga.

“A mulher lá (do CREAS) disse que eu não podia morar na república porque tinha que estar trabalhando... eu ainda não consegui um trabalho, mas tô tentando, fazendo entrevista... deixei currículo e tal... isso que eu não entendo, porque se eu tivesse trabalho e salário eu não ia precisar da república.” (17 anos, sexo feminino, pré-egressa)

04 DIREITO A AUTONOMIA PROGRESSIVA

Na percepção dos adolescentes e jovens da pesquisa, ações mais efetivas para a transição para vida autônoma precisam incluir preparo para a saída de forma gradual e contínua desde a chegada ao abrigo, incluindo preparo para as atividades de vida cotidiana (cozinhar; usar transporte público; fazer compras; administrar finanças). O trabalho para a vida autônoma não acontece em função de um excesso de controle dos educadores, apresentado como cuidado. Os jovens relatam viver experiências de muito controle e pouco diálogo. Nesse sentido, as chances de experimentar e aprender com os erros ficam reduzidas, comprometendo o desenvolvimento da capacidade de enfrentar os desafios depois do desligamento.

“A tia, até os 17 anos, ia em tudo comigo. Ela marcava a consulta, eu nem sabia... Chegava lá, eu não sabia o que falava e nem nada... hoje em dia eu sei, mas penei...” (19 anos, sexo feminino, egressa)

Em muitos casos, o plano de desligamento do serviço é iniciado quando o adolescente está a poucos meses de completar 18 anos, quando não há mais tempo suficiente de trabalho com o jovem. Entre os jovens entrevistados, as estratégias relatadas para seguir na vida autônoma são singulares, variadas e muitas vezes improvisadas. Elas dependem dos vínculos familiares, da disponibilidade de vagas em república, do perfil do jovem e do seu projeto pessoal. As experiências de trabalho são, em geral, informais. Apenas dois jovens entrevistados estavam trabalhando no momento da pesquisa, sendo que só um tinha um emprego formal e registrado. Depois de terem saído do acolhimento institucional, alguns acreditam que poderiam ter aproveitado melhor as poucas oportunidades oferecidas nos abrigos, em geral, relacionadas a cursos.

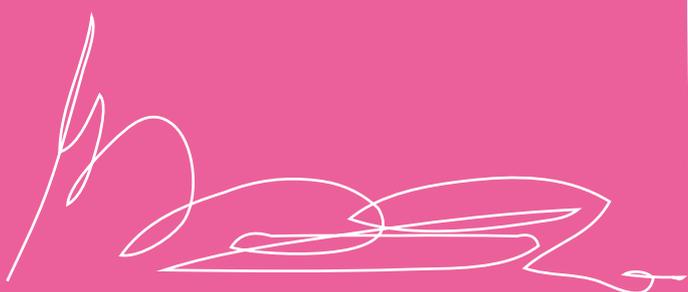
05 DIREITO A ACOMPANHAMENTO PRÉ E PÓS-DESLIGAMENTO

As autoridades entrevistadas ressaltam que a saída do serviço de acolhimento institucional deve

ser cuidada e planejada através do PIA (Plano Individual de Atendimento), documento construído pelos profissionais do serviço junto ao adolescente e sua rede de apoio. O PIA estabelece encaminhamentos e ações concretas que devem levar em consideração a história da criança ou adolescente e suas características pessoais. Nem sempre as orientações sobre a importância da participação ativa do adolescente, levando em conta suas necessidades, desejos, habilidades e dificuldades são seguidas. Os informantes da pesquisa apontam o quanto, na prática, os critérios para elaboração do PIA ainda são subjetivos para cada equipe, apesar do extenso documento publicado em 2018 com orientações metodológicas.

Soma-se a essa dificuldade técnica, o fato de que, a não ser pelo deficitário programa República Jovem, não existem iniciativas governamentais específicas para acompanhamento e apoio aos jovens que saem do serviço de acolhimento institucional no Brasil. Na ausência de políticas públicas, existem algumas iniciativas pontuais e não governamentais desenvolvidas por organizações do terceiro setor.

“Na transição assim de abrigo para outras coisas, vou te falar, é literalmente burocracia, eles vão te ajudar quando você for sair, depois da saída esquece do abrigo.” (19 anos, sexo masculino, egresso)



06

DIREITO A PARTICIPAÇÃO

No que se refere ao direito dos adolescentes e jovens a participação, as práticas nos serviços de acolhimento institucional são divergentes. Há o registro de realização de espaços de diálogo, mas predomina a experiência de pouca escuta, cerceamento de liberdade, tratamento discriminatório e preconceituoso. Na maioria dos casos, os adolescentes sentem que apenas alguns são ouvidos e que os espaços de escuta não são regulares, e só acontecem quando há uma situação crítica ou problema grave na casa. Há muitas regras e proibições, mas pouco diálogo sobre o porquê de tais regras e os motivos das restrições.

Em relação ao direito à participação nos processos judiciais, prevista no ECA, há uma enorme disparidade entre a prática de cada vara. Há juízes e equipes do judiciário que incentivam e abrem espaço para a participação do jovem, mas há varas em que apenas os técnicos são ouvidos. Os jovens relatam que se sentem cerceados:

“Eu não tinha advogado não...era a técnica do abrigo mesmo que levava a gente no fórum e a gente não podia falar... elas tinham medo que a gente falasse alguma coisa errada do abrigo”. (19 anos, sexo feminino, egresso)

07

SENTIMENTOS E REFLEXÕES DESPERTA- DOS PELO DESLIGA- MENTO/ TRANSIÇÃO

Os jovens que participaram da pesquisa nomearam uma série de sentimentos negativos experimentados antes e durante o desligamento, como desespero, solidão, insegurança, medo e desamparo. Junto às experiências de desligamento, predominantemente negativas, os entrevistados refletiram criticamente acerca da preparação para a saída. As reflexões revelam diversos aspectos que precisam ser aprimorados a fim de que o processo do desligamento seja bem sucedido. Dentre eles, destacam-se o treinamento de habilidades para a vida cotidiana (cozinhar, administrar finanças, fazer compras, usar transporte público, etc.); a participação efetiva dos jovens na construção de seus planos/projetos; a criação de políticas e programas voltados especificamente para jovens egressos, especialmente no que se refere à habitação; e o trabalho em rede (equipe técnica, referentes afetivos, famílias, comunidade...) para facilitar aspectos práticos da saída (como por exemplo, conseguir um emprego e manter-se nele).



SÍNTESES DE LOS HALLAZGOS

Si

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e demais normativas para a regulação do acolhimento institucional.

No

Grandes desigualdades quanto ao cumprimento do que está estabelecido nas normativas

Resquícios da lógica antiga de institucionalização de crianças e adolescentes

Não existem iniciativas governamentais específicas para acompanhamento e apoio a TODOS os jovens que saem do serviço de acolhimento.

Recomendações

A partir dos destaques desta pesquisa recomenda-se, para apoiar a transição de jovens em situação de acolhimento institucional:

- 1)** Fortalecer o trabalho com as famílias e de inserção comunitária durante o período do acolhimento institucional.
- 2)** Garantir espaços de participação e escuta no dia a dia da instituição.
- 3)** Capacitar profissionais e apoiar as referências afetivas que lidam cotidianamente com os adolescentes.
- 4)** Possibilitar aos adolescentes práticas cotidianas de exercício da autonomia, tais como: cuidados com a casa; acesso à cozinha para aprendizagem; envolvimento com as compras; uso do dinheiro; responsabilidade com a própria agenda de compromissos e com documentos pessoais.
- 5)** Garantir que jovens que saem dos serviços de acolhimento institucional tenham acesso prioritário a todas as políticas públicas já existentes, nas seguintes áreas: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência.
- 6)** Prevenir e salvaguardar crianças, adolescentes e suas famílias de situações de discriminações seja por raça, classe, sexualidade ou gênero.
- 7)** Criar e implantar políticas públicas de acompanhamento de jovens que saem dos serviços de acolhimento institucional para a vida autônoma, considerando as particularidades das trajetórias individuais, e garantindo que tenham suporte emocional, profissional e financeiro para desenvolver seus projetos. Destaca-se neste âmbito a experiência do Grupo Nós, iniciativa do Instituto Fazendo História, que tem alcançado resultados positivos como programa específico de acompanhamento do processo de desligamento de adolescentes acolhidos. Sugere-se que políticas sejam inspiradas nesta proposta, que não só realiza o acompanhamento individual dos jovens, como proporciona vivências para o conhecimento de si, do mundo e da construção de autonomia, além de garantir o apoio financeiro através de bolsas.



**RED LATINOAMERICANA DE
EGRESADOS DE PROTECCIÓN**

Com o apoio de:



Coordenação:

